

COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL

Os constrangimentos sociodemográficos apresentados, que se traduzem na persistência crónica de problemas estruturais como o despovoamento, a baixa densidade populacional, a existência de uma população muito envelhecida, a par dos baixos índices de qualificação e empregabilidade determinam fortes assimetrias ao nível da coesão territorial e social. Num grande número de núcleos populacionais¹, em especial os mais periféricos, atingiram-se os **limiares mínimos de densidades populacionais** conduzindo ao **encerramento de serviços de proximidade**, com destaque para os pequenos comércios, as escolas primárias e jardins-de-infância (entre 2007 e 2014 encerram 56 estabelecimentos, mais de metade do total), os postos de correio ou de GNR.

Estas fragilidades têm conduzido ao aumento dos casos de **isolamento, solidão e insegurança** de uma franja importante da população. Em mais de metade dos núcleos rurais a população com mais de 65 anos ultrapassa os 50% do total dos residentes (a média do País é de 19%), dos quais mais de 30% vivem sozinhos (muitos deles em situações **de grande dependência física, psíquica e social**) e em núcleos populacionais muito pequenos (em 101 lugares da BIS residem menos de 50 pessoas), resultado dos decréscimos populacionais muito regressivos, e que se tem traduzido na quebra de laços/relações de vizinhança/ajuda.

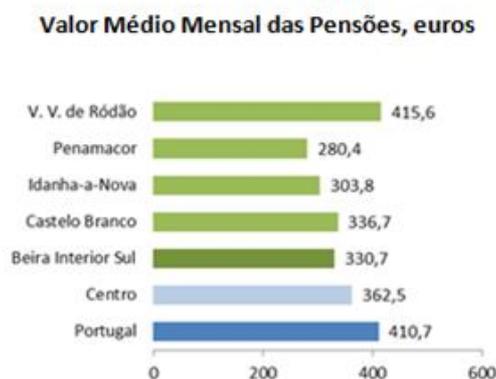
A estes problemas de isolamento e solidão acrescem os riscos de pobreza e exclusão social. Com efeito, considerando que na BIS 50% da população com mais de 15 anos (+ 10% que a média do País) é pensionista e que o valor médio das pensões se situa nos 330€ (no País a média é de 410€) é perceptível a grande dependência e baixos rendimentos de uma importante camada de população. O quadro ganha contornos mais preocupantes nos concelhos de Idanha e Penamacor, onde mais de 60% da população com mais de 15 anos é pensionista (no caso de Idanha ascende aos 69%) e os valores médios das pensões se situam muito abaixo da média nacional, em especial Penamacor, que ronda os 280€ mensais.

¹ Foram contabilizados, nos Censos de 2011, 218 lugares/núcleos populacionais

GRÁFICO D. 19



GRÁFICO D. 20



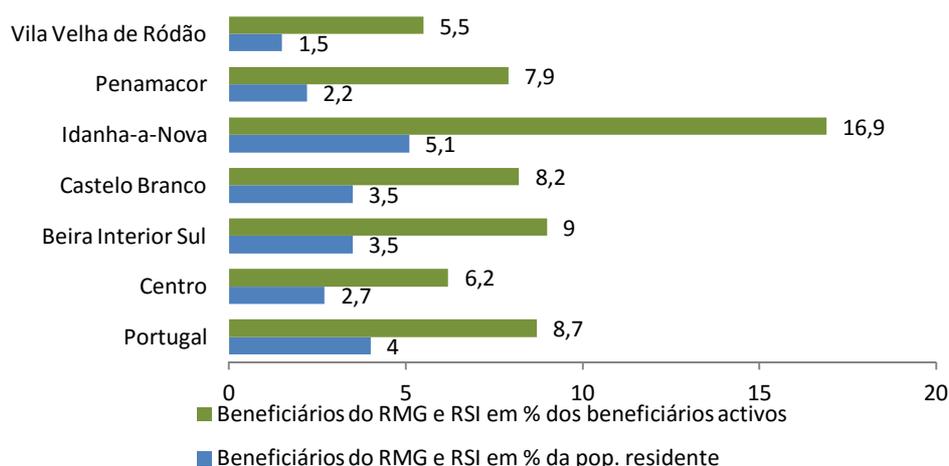
Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente

A dimensão deste problema só não atinge contornos mais graves, porque muito destes pensionistas ainda se mantém bastante activos, nomeadamente, nas actividades agrícolas – forte presença da pluriactividade e plurirrendimento - conseguindo com isso equilibrar os seus rendimentos (64% dos agricultores da BIS tem mais que 65 anos de idade – RGA 2009). Por outro lado, no caso dos idosos muito dependentes, a nível físico e psíquico, a rede social de apoio aos idosos, em particular através do trabalho desenvolvido pelas IPSS's, desempenha um papel de extrema importância. No total encontram-se em funcionamento 72 entidades (+ de 1 instituição por freguesia) que prestam serviços de apoio a mais de 3700 beneficiários. Para além do seu papel social, estas estruturas são, em muitas freguesias, as principais empregadoras locais, sobretudo para a população feminina. A rede de serviços de apoio à população idosa² promovida pelas autarquias locais tem também um papel social muito importante.

Em relação aos riscos de pobreza e exclusão social da população em geral, e tomando por base os indicadores que se prendem com questões de grave carência económica, analisados a partir do RSI e do RMG verifica-se que a situação da BIS acompanha os valores do País, mas, em contrapartida, menos favorável que a do Centro. Em 2013, 3,5% do total da população da sub-região era beneficiária, sendo que no total da população activa, o peso dos beneficiários ascendia aos 9%. O concelho de Idanha-a-Nova destacava-se pela negativa, com 17% do total dos activos a auferirem RSI e RMG.

² Rede de transportes gratuitos, cartão do idoso, encontros e convívios inter-geracionais, viaturas móveis de saúde, bibliotecas itinerantes, etc.

GRÁFICO - Beneficiários (%) do RMG e RSI, 2013



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro, 2013

Outro indicador importante para medir o nível de coesão territorial prende-se com **poder de compra per capita**. A análise aos 4 concelhos da BIS confirma a ideia de que o País apresenta 2 grandes níveis de assimetria, aos quais os concelhos da BIS são exemplos paradigmáticos. Primeiro, a mais tradicional oposição litoral-interior, com os 3 concelhos rurais a apresentarem níveis de poder de compra muito inferiores à média do País, com destaque para Penamacor, que apresenta pouco mais de metade do País – **Concelhos Coesão**. Segundo, uma dualidade que se torna cada vez mais relevante na leitura tradicional do País e que opõe, com maiores níveis de compra, os concelhos mais urbanos, como é Castelo Branco – **Concelho Transição** - com índice de poder de compra próximo da média do País (e superior ao do Centro), aos concelhos mais rurais e periféricos, como é o caso dos restantes 3 da BIS.

GRÁFICO – Poder de Compra per capita



Fonte: INE - Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio